



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS**

REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(Da Dep. Célia Xakriabá)

Requer realização de Audiência Pública Externa (Seminário), na cidade de Januária – MG, para tratar do Reconhecimento Territorial de Povos Originários, Povos Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas Gerais.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Externa (Seminário), no âmbito desta Comissão Permanente, para debatermos sobre o reconhecimento territorial e fundiário de Povos Originários, Povos Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas Gerais.

Assim, propõe-se a realização desta atividade *in loco*, na cidade de Januária, Minas Gerais. Sugere-se que sejam convidados(as) as representações das organizações, movimentos e associações abaixo identificadas:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA);
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

- Secretaria do Patrimônio da União (SPU);
- Fundação Cultural Palmares (FCP);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Representante das Articulações de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas;
- Representante das Organizações de Apoio, Assessoria e Movimentos Sociais do Norte de Minas

JUSTIFICATIVA

A demanda de povos indígenas, quilombolas, e povos e comunidades tradicionais pela titulação definitiva de seus territórios é uma questão de direitos humanos e justiça social. Esses grupos possuem uma relação ancestral com as terras em que vivem, muitas vezes ocupando-as há séculos, mas ainda enfrentam inúmeros obstáculos para terem seus direitos reconhecidos e respeitados.

A titulação destes territórios é um processo pelo qual se busca garantir o reconhecimento jurídico da posse dessas terras, bem como a proteção ambiental e cultural dos territórios ocupados. A ausência e demora desses reconhecimentos muitas vezes constituem o plano de fundos de conflitos com proprietários privados ou com o próprio Estado, além de afetar o acesso a serviços públicos, como saúde e educação.

Atualmente, mais de 1.000 de comunidades quilombolas e negras rurais são identificadas em todo o Estado de Minas Gerais, desse conjunto, temos mais de 240 comunidades com procedimentos de titulação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No norte de Minas Gerais, em terras presumidamente da União ou em seu entorno,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)

principalmente no Vale Mineiro do Rio São Francisco existe diversas Comunidades Tradicionais, como Apanhadoras de Flores Sempre Vivas, Geraizeiros, Caatingueiros, Pescadores Artesanais, Vazanteiros, Veredeiros, Vacarianos, entre outros. Nesse sentido, uma Política da União para Povos e Comunidades Tradicionais nestes territórios é preciso ser amplamente debatida, com a devida participação e consulta desses povos.

É mais do que comprovada que a permanência de Povos Originários e Povos e Comunidades Tradicionais, em seus territórios, é garantia de Meio Ambiente Preservado e Soberania Alimentar com produção saudável e sustentável. Assim, justifica-se o presente requerimento não apenas como uma demanda de comunidades e grupos, mas como uma demanda de defesa do meio ambiente e da vida.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2023.

Célia Xakriabá

PSOL/MG

